

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 32 – Violência, crime e punição

**A '*sujeição criminal*' feminina: compreendendo as (auto)representações
de mulheres no '*mundo do crime*'**

Natasha Maria Wangen Krahn (UFBA)¹

Brasília, julho de 2016

¹ Doutoranda em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: natashak@ufba.br

A 'sujeição criminal' feminina: compreendendo as (auto)representações de mulheres no 'mundo do crime'

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo analisar as percepções que as mulheres, que têm uma trajetória de vida marcada por internações e prisões em instituições para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e penas privativas de liberdade, têm sobre seu envolvimento no *mundo do crime* (RAMALHO, 2008). Procura-se, através de narrativas de vida, analisar o entrelaçamento de práticas de gênero (“doing gender”) e práticas de crime (“doing crime”) (MILLER, 2014) de mulheres que são identificadas e se identificam com o *mundo do crime*, ou seja, passam pelo processo de *sujeição criminal* (MISSE, 2010). Compreendendo que essa inserção no *mundo do crime* acontece por variados motivos e de formas distintas, mas que todas estas compreendem um “ser mulher no crime”, ou seja, há uma compreensão do que é ser mulher, e de como sou mulher no crime, seja com a identificação masculina, seja com a identificação feminina e do que compreendo por um e por outro, assim como há, por vezes, a utilização de estratégias mais comumente relacionadas ao universo feminino, que é a troca de sexo por dinheiro ou drogas. Portanto há um “como me vejo no *mundo do crime*” e um “como ajo no *mundo do crime*”, identificações e ações. Assim é possível apontar alguns tipos ideias de inserção e manutenção no crime, e de como estas estão relacionadas à como se percebem e como atuam enquanto mulheres: “*muleque-macho*”, *ostentação*, manutenção de vícios em drogas ilícitas.

Introdução

A questão que é levantada comumente pelos criminólogos e criminólogas e demais estudiosos feministas, é por que elas são tão pouco criminalizadas por infrações e crimes em comparação com os homens. As perguntas que são comumente levantadas são: Será que são menos violentas, será que cometem realmente menos crimes que homens, ou será que só são menos criminalizadas por seus atos? E quando meninas e mulheres se envolvem em carreiras criminosas quais são as motivações, quais são os papéis desempenhados dentro da atuação? Será que há um recente aumento das práticas criminosas praticadas por mulheres, ou elas passaram a ser mais criminalizadas por suas ações? (ARRUDA, 2012; DUARTE, 2012; DUARTE e

CUNHA, 2014). Os estudos feministas sobre crime e punição têm se apoiado na criminologia crítica que trabalha com a questão da seletividade punitiva. E que esta seria o principal motivo para que o número de mulheres seja muito menor que o de homens, ao mesmo tempo dá pistas do porque vem acontecendo mudanças nas últimas décadas e porque algumas mulheres têm maior chance de serem criminalizadas do que outras – as recentes mudanças na legislação sobre drogas têm sido apontada como um dos principais fatores para o aumento da população encarcerada de mulheres (CUNHA, 2013).

Para decifrar as diferenças entre a criminalidade masculina e feminina, e para melhor compreender suas idiossincrasias, os estudos da área de criminologia feminista têm focado principalmente em três formas de apreensão dessa realidade através de: “gendered pathways”, que se concentram nos fatores que levam homens e mulheres a entrarem e a continuarem na vida do crime; “gendered crime”, que discutem os contextos e as qualidades dos crimes cometidos por homens e mulheres e “gendered lives” que trabalha com como o gênero modela a vida de homens e mulheres de formas que, ou protegem da ou facilitem a entrada e permanência na vida no crime (KRUTTSCHNITT, 2013). A autora ainda realça a importância de estudos com biografias e trajetórias de vida nas escolhas acima apontadas, considerando os contextos situacionais e organizacionais e a estratificação social (KRUTTSCHNITT, 2013, p.293). Outro texto, ao discutir sobre as práticas de gênero (“doing gender”) e como elas se entrelaçam com as práticas de crime (“doing crime”) aponta em suas conclusões que

Práticas de gênero não têm simplesmente uma função de construção normativa da identidade, e as investigações permanecem truncadas quando assumimos que este é o caso. Em contraste, o trabalho é fortalecido quando se tem conhecimento de que a ação de gênero pode ser orientada de forma consciente em direção às normas (articulando e resistindo a elas), mas também pode ser rotineira, dada como certa, estratégica ou orientada pelas metas, em resposta às exclusões de outros modos de ação. Ao examinar as práticas sociais desta forma mais abrangente pode-se compreender como as desigualdades de gênero – e as diferenças de gênero - são produzidas e

como o poder e a desigualdade constroem as ações de gênero e suas consequências. (MILLER, 2014, p.34)²

Nesse sentido esse artigo procura compreender a articulação entre as práticas de gênero e as práticas do crime a partir das narrativas de vida de mulheres que estão presas em uma unidade para cumprimento de pena privativa de liberdade e que já passaram por medidas socioeducativas de internação, ou seja, que já passaram por repetidos e/ou longos períodos de medidas e penas de privação de liberdade. Então, a pergunta norteadora desse artigo é: como essas mulheres se apresentam e se representam enquanto mulheres no crime em suas narrativas de vida?

Primeiramente será discutida a questão da ‘sujeição criminal’ e da seletividade punitiva, procurando apresentar quem são essas mulheres das quais aqui falo e sua relação com o ambiente prisional, de onde elas falam. Em seguida será apresentado os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa e, por fim uma análise das narrativas das mulheres entrevistadas.

“Ei, você viu quem está de volta? Caroline³”, “Não acredito que Caroline voltou outra vez!”⁴ - Sujeição criminal e seletividade punitiva de mulheres

Estava na Coordenação de Registro e Controle (CRC) da unidade prisional, copiando as informações do prontuário de uma das internas entrevistadas quando entrou uma interna que havia acabado de chegar na unidade⁵. A coordenadora do CRC perguntou “Você já esteve aqui antes, né?” ela respondeu “Sim”, a coordenadora perguntou “você lembra quando você saiu?”, “não”, “você tá acabada, tá magra, chupada, foi o crack né?”, “não, Deus me livre, não sei” ela respondeu e deu risada, a coordenadora saiu para pegar o prontuário

² Tradução livre de: “Gendered practices are not simply a function of normative identity construction, and inquiries remain truncated when we assume this is the case. In contrast, work is strengthened when it is cognizant that gendered action can be consciously oriented toward norms (enacting and resisting them) but can also be routinized, taken for granted, and strategic or goal-oriented, in response to exclusions from other modes of action. Examining social practices in this more comprehensive way can illuminate how gender inequalities—and gender *differences*—are produced and how power and inequality shape gendered actions and their consequences.” (MILLER, 2014, p.34)

³ Nome fictício criado pela autora para proteger a identidade da interna.

⁴ Diário de Campo 07.02.2017

⁵ Ao chegar na unidade as mulheres presas passam pelos diversos setores da unidade, tanto para que cada setor pegue as informações específicas, quanto para dar orientações quanto aos serviços oferecidos na unidade.

dela no arquivo, falou com alguém no corredor “Ana Clara voltou, tá acabada”. Voltou para a sala, pegou as informações necessárias, ela havia cometido um assalto em um ônibus, um furto, o juiz havia exigido 5 salários mínimos de fiança, quando a coordenadora perguntou se o pai dela teria esse dinheiro, Ana Clara respondeu que não. O procedimento seria solicitar um Atestado de Pobreza no Setor de Serviço Social. Outra funcionária da unidade entrou na sala e perguntou “Ana Clara, você aqui de novo?!” (Diário de Campo, 09.02.2017)

Em uma ocasião, estava almoçando com algumas funcionárias e uma agente penitenciária comenta que as internas estavam falando que uma interna que havia saído há pouco tempo estava presa outra vez, estava na delegacia. Em seguida chega a vice diretora comentando “adivinha quem está conversando pelo telefone com a diretora agora!? Alice”. Quando sai do espaço para refeições ela encontra com a diretora e pergunta “Já falou com sua filha?” e dá uma risada irônica, a diretora responde que sim e que ela vai retornar a ligação (Diário de Campo, 16.01.2017).

E esse murmurinho corre os corredores da unidade prisional entre o *staff* prisional. Foram algumas as vezes que cheguei na unidade e ouvi esse tipo de murmurinho sobre alguma mulher que foi recentemente presa outra vez. Quando se pensa em prisão se pensa em invisibilidade, em pessoas que se transformam em números de matrícula e nas inúmeras mortificações do “eu” (GOFFMAN, 1974). Para muitas, isso não deixa de ser verdade, mas outras já são por demais conhecidas pelos diversos funcionários da unidade, e a prisão já faz parte de suas trajetórias de vida como ambiente conhecido e, por vezes, rotineiro. Nas falas dos funcionários pode-se perceber que há um misto de cuidado, reprovação, desânimo que se direcionam a estas internas. As perguntas de entrada já não seguem o *script* do formulário de entrada e sim acrescenta-se perguntas como: e seus filhos com quem estão? Não está grávida de novo, né? Ainda está com o mesmo companheiro? Porque continua com ele se ele só te traz problemas? O que foi dessa vez? Continua tomando a medicação direitinho?...

Esses aspectos demonstram uma intensa relação entre essas mulheres que são criminalizadas repetidas vezes seja por atos cometidos ou não, com os operadores de justiça na rua – policiais militares ou civis e delegados – e em seguida com os operadores de justiça na prisão – aí encontram-se desde

juízes, advogados, defensores públicos, e o *staff* prisional⁶. Os encontros e reencontros que fundamentam a existência da prisão - uma vez que o seu *não funcionamento* acaba reforçando a sensação da sua necessidade (FOUCAULT, 2007, 2008; WACQUANT, 2001) - perpetuam essas relações nas trajetórias de vida dessas recém presas/represas por causa das rotulações, estigmatizações (GOFFMAN, 2008)⁷ ou, como Misse (2010) descreve esse processo, da *sujeição criminal*.

Muitos estudos se dedicaram a analisar o porquê das dinâmicas de criminalização de encarceramento terem como público-alvo de suas políticas uma população específica – em geral negra, ou não branca, pobre, de baixa escolaridade, com vínculos frágeis de trabalho (WACQUANT, 2001, COELHO, 2005; MISSE, 1999, 2010; FELTRAN, 2008). Coelho (2005) explica esse processo a partir do que ele chama de *marginalização da criminalidade* e da *criminalização da marginalidade*. Para ele há um duplo processo, primeiramente a elaboração das leis, visto que elas que vão dizer o que é crime e o que não é, se dará de “tal forma que a as probabilidades de serem violadas por certos tipos sociais coincidem com as probabilidades imputadas ao desempenho de certos roteiros típicos” (COELHO, 2005, p.286), assim se daria a *marginalização da criminalidade*, onde se amplia a possibilidade de certas pessoas cometerem atos infracionais ou criminais devido ao próprio desenho da lei. E em consequência à *marginalização da criminalidade* há a *criminalização da marginalidade*.

Saindo do campo legal na qual a dinâmica envolve a criação das leis e a aplicação delas, um dos fortes legitimadores dessas políticas parte da sensação de insegurança que os crimes comuns, roubo e furto, e violência contra a integridade física causa. Nesse sentido, Machado Silva (2004) discute

⁶ Esses aspectos podem ser observados tanto nas unidades prisionais para mulheres, quanto nas unidades prisionais para homens. A maior diferença é o quantitativo de presos, nas unidades prisionais para homens o número de presos é muito maior, sendo um pouco mais difícil esse reconhecimento, mas há também muitos presos que pela quantidade de entradas são reconhecidos pelos funcionários da unidade.

⁷ Que, como aponta Cunha (2013) já não é algo que precisa ou consegue-se esconder das pessoas mais próximas, uma vez que a prisão vem “normalizando-se” no bairro - à medida que o bairro é que sofre a estigmatização – mas, que tem consequências na relação com os operadores de justiça.

a *violência urbana*, enquanto representação social e não enquanto conceito analítico, uma vez que é pouco descritivo e carrega um forte tom político, no sentido de sua potência enquanto legitimador de políticas públicas. O problema desse termo é que ele é utilizado pelas classes dominantes para justificar políticas repressivas contra a população mais vulnerável socioeconomicamente, uma vez que muito facilmente é utilizado para reforçar preconceitos e estigmatizações, e justificar a *criminalização da marginalidade*.

Garland (1999), ao falar do caso britânico, do momento de transformação social recente, de uma sociedade baseada no Estado Providência para um Estado Punitivo, opera duas compreensões da criminologia atual. Ele parte do princípio de que crime volta a ser considerado “normal”, e nisso a transformação do sujeito criminoso deixa de ser visto como meta do sistema punitivo. Por um lado, há a *criminologia da vida cotidiana*, que estaria baseada na transferência da responsabilidade da segurança do Estado para o indivíduo, para a esfera privada, então se trabalha no viés de prevenção ao crime, ou seja, de ações individuais que diminuam a vulnerabilidade da pessoa de sofrer algum tipo de crime comum. Por outro lado, o criminoso, da mesma forma que a vítima, responsável por seus atos, aproveita as oportunidades que tem. Na esfera punitiva isso tem o efeito de não mais se buscar a “reforma”, a “ressocialização”, a “transformação” do sujeito algoz e sim buscar cada vez mais seu controle, uma vigilância que já não mais “disciplina”, mas que opera o dispositivo da *segurança* (FOUCAULT, 2008), controle das pessoas e dos espaços, e das pessoas nos espaços. Da mesma forma o criminoso deixa de ser considerado o

não-adaptado sub-socializado, vítima de carências afetivas e sociais, ou o indivíduo perigoso e deficiente, dão lugar a um consumidor hedonista racional, isto é, perfeitamente comum, um “homem situacional” inteiramente desprovido de parâmetros morais ou de controle interno, afora uma capacidade limitada para o cálculo racional e a procura do prazer. (...) Oportunista, sensível às motivações situacionais e relativamente livre de controles internos ou externos, ele (trata-se normalmente de um homem) pega o que consegue pegar, sem preocupar-se com os outros. (GARLAND, 1999, p.67)

Por outro lado, retorna a *criminologia esquizóide* ou a *criminologia do outro*. Que é caracterizada pela *satanização* do outro, ou como Garland (1999)

coloca, baseada em uma abordagem quase *lombrosiana*, volta à figura do *anormal* (FOUCAULT, 2002), não para ser “normalizado”, mas para ser excluído, controlado e monitorado ao mesmo tempo. Essas estratégias de controle social então têm muito mais a ver com gestão da pobreza de várias formas, pois são deles que partem os alçózes que cometem os crimes que são considerados causadores da “violência urbana”, aqueles que geram a sensação de insegurança.

No Brasil, essa criminologia “dualista, polarizada e ambivalente” (GARLAND, 1999, p.75), sempre foi mais presente, nunca, de fato implementamos políticas de bem-estar social que se voltassem para melhorias da situação social da população vulnerável, como uma política de prevenção ao crime, somados a políticas de bem-estar social na prisão. Houve um discurso, a partir da redemocratização, com a instituição da Lei de Execução Penal, para isso, mas que muito pouco se fez na prática, e que se encontraram já com as importadas políticas norte-americanas de tolerância zero, “limpeza policial das ruas e de aprisionamento maciço dos pobres” (WACQUANT, 2001, p.12), aprofundando essa dualidade desde então. Garland (1999) chama isso de segregação punitiva “(...) penas de longa duração em prisões “sem frescuras” e uma existência estigmatizada, controlada de perto, para aqueles que são, finalmente, libertados (...)” (GARLAND, 1999, p.61).

Assim a seletividade punitiva que ocorre através dos processos de *marginalidade da criminalidade*, de *criminalização da marginalidade*, que acaba criando a representação da *violência urbana*, acaba se materializando através da *sujeição criminal* de alguns sujeitos. A sujeição criminal que é uma relação social que gera uma identificação pessoal e dos que o(a) rodeiam na vida do crime – o “bandido” “o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais” (MISSE, 2010, 17). Não são todos os presos e as presas que sofrerão esse processo, muitos e muitas têm esse momento como fatídico, e será somente um período a tentar ser esquecido depois. Há uma distinção entre o(a) “trabalhador(a), pai(mãe) de

família” e o(a) “bandido(a)”⁸ que ultrapassa os muros das prisões (KRAHN, 2014, KRAHN, LOURENÇO, 2015) e a experiência tanto do encarceramento quanto suas consequências serão vividas de formas distintas pelos dois. Não é a incriminação que leva a isso, mas toda uma relação entre o sujeito, o crime e os operadores de justiça, uma relação repetitiva e significativa do ponto de vista de uma forma de viver.

O conceito de “sujeição criminal” é proposto com a finalidade de determinar três dimensões incorporadas na representação social do “bandido” e de seus tipos sociais. A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória crimínável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma “experiência social” específica, obtida em relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária. A terceira dimensão diz respeito de sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação criminal. (MISSE, 2010, p.24)

Como apontado anteriormente, o processo de seletividade penal ainda é um dos dispositivos que acabam por criminalizar muito mais os homens que as mulheres, embora outros fatores não podem ser desconsiderados, como uma parte das práticas de gênero⁹ que ainda são pautadas em uma cultura machista onde a mulher ocupa e é responsável ainda muito mais pela esfera privada da vida cotidiana e o homem pela esfera pública, que são fatores que ainda em maior ou menor grau afastam as mulheres da vida do crime. Mesmo assim algumas mulheres, como mostrado acima, acabam sendo conhecidas por seu envolvimento no *mundo do crime*¹⁰ através de processos repetitivos de

⁸ Ou seja, entre aqueles que cometem um crime e são presos por ele e aqueles que vivem dos crimes cometidos.

⁹ A utilização do conceito “práticas de gênero” tradução livre do conceito “doing gender” é pautada na compreensão de que as “papéis de gênero” acabam homogeneizando e reduzindo o *lugar* da mulher e fazendo com que práticas distintas às esperadas sejam vistas como desviantes, enquanto que o conceito “práticas de gênero” acabam possibilitando a teorização sobre resistência e mudança (CONNEL, 1987 apud MILLER, 2014) e, conforme Miller (2014) atendendo melhor o nexo entre estrutura e agência.

¹⁰ A categoria *mundo do crime*, é uma categoria utilizada por Ramalho (2008), no seu livro “Mundo do crime: a ordem pelo avesso”. *Mundo do crime* ou *vida do crime* se oporiam ao *mundo do trabalho*, ao “mundo legítimo”, trabalho e família. Categoria nativa, também utilizada por *staff* prisional e internos e internas aqui na Bahia.

incriminação e de criminalização. E nesses processos de *circulação*¹¹ entre a rua (o bairro ou a rua – situação de rua) a prisão, como aponta Cunha “Mais do que banalizada a prisão <<normalizou-se>>. (...)” (2013, p.7). Este envolvimento não deixa de estar permeado por experiências de desigualdades de gênero, pelo contrário. A desigualdade de gênero, as dinâmicas de poder, as violências de gênero se apresentam de muitas formas nas histórias de vida¹² das mulheres no *mundo do crime*.

Considerações metodológicas

Conheci Cláudia¹³ no corredor da unidade prisional, sentada aguardando ser atendida pela diretora para conversar sobre seu processo. E nesse momento, passando pelo corredor, a coordenadora de atividades laborativas lembrou que ela tem várias entradas na unidade e que, possivelmente havia cumprido medida socioeducativa de internação quando adolescente. Foi logo perguntando “Você já passou pela CAM¹⁴, né?”, Cláudia “Ohh, várias vezes.” A coordenadora então me apresentou e já perguntou se ela aceitaria ser entrevistada por mim, Íris então perguntou “Vai me prejudicar?” A coordenadora afirmou que não e eu reforcei que eu não utilizava os nomes dela na pesquisa, que a identidade seria preservada, que ela poderia escolher um nome para ela que não utilizaria o nome verdadeiro dela. Ela então disse que não teria

¹¹ Entender a prisão como circulação – o trânsito entre o dentro e o fora da prisão - é um dos novos caminhos para os estudos prisionais. A essa circulação Godoi (2015) chama de fluxos penitenciários: “o fluxo da população carcerária, o fluxo dos agentes estatais, o fluxo dos familiares e amigos de presos, o fluxo de coisas e o das informações” (p.138). Cunha (2013), em suas pesquisas trabalha o que ela chama de *mobilidade* – e nesse caso “mobilidade num traçado”, e *circulação* (não necessariamente de pessoas, mas de moradores) entre o bairro e a prisão. A partir das pesquisas ela questiona a noção de que a prisão é “um mundo à parte”, ou conforme denomina Goffman (1974) uma “instituição total”. Se antes a prisão representava uma ruptura da pessoa que cometeu um crime com seus familiares e amigos, hoje a nova *geografia da reclusão* faz com que haja um público muito mais homogêneo e uma rede de vizinhos e parentes que, muitas vezes, se encontra dentro do mesmo estabelecimento prisional, fazendo com que haja um elo entre o bairro e a prisão muito forte. O estigma passa a se estender para o bairro, mas por outro lado, entre os conhecidos a prisão deixa de simbolizar a mesma depreciação que antes. Aqui utilizo circulação de pessoas em trânsito recorrente entre a prisão e a rua (bairro ou situação de rua).

¹² Aqui utilizo o termo histórias de vida, não como metodologia, mas como termo que se refere ao curto relato narrado nas entrevistas.

¹³ Foi uma das mulheres entrevistadas, mudei o nome dela aqui para diminuir a possibilidade de reconhecimento da entrevistada.

¹⁴ Casa de Atendimento ao Menor - CAM, assim chamada de 1980 à 1992, a partir de 1992 passa a se chamar CASE – Casa de Atendimento Socioeducativo, visto que com a Promulgação do ECA o termo “menor” foi excluído do campo legal (SILVA, 2014). Apesar da mudança realizada há mais de duas décadas atrás, as internas aqui entrevistadas continuam chamando a CASE de CAM.

problema, e até poderia usar o nome dela mesmo, que eu escreveria um livro com a história dela. (Diário de Campo, 28. 02. 2016)

Esse artigo foi escrito a partir de uma parte da pesquisa empreendida para a elaboração de tese de doutorado ainda em construção¹⁵. Para este artigo serão utilizadas as entrevistas semi-estruturadas/conversas semi-orientadas realizadas em uma unidade prisional do estado da Bahia com mulheres presas, a direção da unidade, e a observação participante. Para chegar até minhas entrevistadas foi necessário lançar mão de métodos informais, como apontado no trecho do diário de campo apresentado acima. A direção conhecia o histórico de algumas e me indicou que as entrevistasse, murmurinhos aqui e ali também me levaram a outras *“Oh, eu ouvi que Luana tava falando no corredor que já foi presa quando menor” disse uma agente penitenciária que conhecia meu tema de pesquisa* (Diário de Campo, 16.01.2017). As indicações surgiram assim, e duas eu identifiquei através dos prontuários jurídicos. Também foi solicitado a uma interna mais antiga na unidade para identificar que internas teriam passado por medidas socioeducativas de internação.

As entrevistas foram realizadas em diferentes momentos. No primeiro momento, entrevistei três internas na etapa de pesquisa experimental, num segundo entrevistei uma interna em uma sala de aula em desuso no dia, depois outra no espaço polivalente da unidade e por fim entrevistei outras três na sala do serviço social da unidade. Utilizarei cinco dessas entrevistas e trechos das outras.

Para a etapa de pesquisa experimental, a diretora chamou as internas que ela conhecia que tinham passado por medidas socioeducativas de internação, conversou com elas e depois as encaminhou para a sala onde eu estava. Para a realização das entrevistas estava munida do termo de consentimento livre e esclarecido, do gravador e do roteiro de entrevista – falar sobre: a infância, o primeiro ato infracional cometido, o período de internação,

¹⁵ O objetivo geral da pesquisa de doutorado é: compreender as dinâmicas sociais que permeiam a sujeição criminal de homens e mulheres que tem a incriminação e a punição como eventos reiterados em suas trajetórias de vida desde a adolescência.

as prisões, a relação familiar, filhos, relação conjugal. As entrevistas foram realizadas na presença de um agente penitenciário e de outros integrantes do *staff* prisional que estavam trabalhando na sala onde foi autorizada a realização da entrevista. O fato de não ter a privacidade necessária para uma entrevista mais delicada foi um fator desafiante. Mas, foi importante para perceber que, enquanto eu não me senti à vontade para fazer as perguntas e não me senti à vontade para qualquer resposta mais profunda que viria das entrevistadas, me senti acuada, apressada, observada, não senti que elas estavam constrangidas. Talvez, acostumadas àquele ambiente de vigilância, e a compartilhar suas vidas com estranhos, afinal suas vidas ali dentro são compartilhadas com agentes penitenciários, demais *staff* da unidade, e com as próprias internas¹⁶ o tempo inteiro, e privacidade é algo quase inexistente neste ambiente. Era tão natural que em alguns momentos os demais presentes na sala eram trazidos pela entrevistada para a conversa “(...) via uma vítima, um coroa desse aí [aponta para o agente penitenciário] coitado [ela dá uma risada e os demais também riem]” (Entrevista Vanessa, 24 anos).

Em uma segunda etapa da pesquisa, duas entrevistas foram realizadas no ambiente intermediário entre a parte administrativa e o pátio – em uma sala de aula e no espaço polivalente. Essas entrevistas foram feitas em particular, sem nenhuma vigilância e, de fato, foram muito mais profundas. Já num terceiro momento realizei mais três entrevistas na sala do serviço social, em um dia em que não havia nenhum funcionário naquele turno ocupando a sala.

É importante frisar que as entrevistas não foram direcionadas para a escrita desse artigo, discutir sobre práticas de gênero entrelaçadas à práticas no crime foi uma escolha metodológica para a análise das entrevistas (MILLER, 2014). A percepção da possibilidade de tal análise partiu do processo de codificação inicial das entrevistas (CHARMAZ, 2009; TAROZZI, 2011). Para análise das entrevistas procurei links que relacionavam as entrevistas, demonstrando experiências similares e também distintas. Foi possível perceber três tipos de motivações principais para a entrada e permanência no *mondo do*

¹⁶ Embora, a partir das outras entrevistas, foi possível perceber que havia mais receio em compartilhar suas histórias com outras internas que com o *staff* prisional.

crime e a partir delas demonstrar como se enxergavam nesse universo e como compreendiam suas práticas no crime.

Ser mulher no *mundo do crime*

A narração de uma história é sempre a representação de uma suposta realidade, que edifica posicionamentos e visões de mundo – de homem, do que seja bom ou ruim, das características destes posicionamentos (GUARESCHI; PEDROSO, 2010, p.95)

Nesse sentido as narrações aqui apreendidas partem de mulheres que, ao serem entrevistadas, estavam aguardando julgamento ou cumprindo penas de privação de liberdade em uma unidade prisional do estado da Bahia. A unidade prisional para mulheres, onde está sendo realizada essa pesquisa é pequena (se comparada com as unidades prisionais para presos homens), abrigando no máximo 200¹⁷ internas, então uma boa parte das internas são conhecidas pelo *staff* prisional, não só pelo nome, mas por suas histórias, seus familiares, e até mesmo o contato da egressa e dos familiares após o período de privação de liberdade com a direção e com funcionários não é incomum¹⁸. E no caso dessas internas que têm um trânsito maior pela unidade esse vínculo é ainda maior.

As cinco internas, cujas entrevistas analiso aqui, têm algumas características em comum, quatro delas, por exemplo, respondem a algum Processo Administrativo Disciplinar – PAD na unidade seja por agredir outra interna, por agredir ou desacatar agentes penitenciárias, seja por tráfico de drogas dentro da unidade. Já cheguei a voltar para a unidade para tentar reentrevistar alguma delas e elas estavam na tranca¹⁹ ou foram transferidas para outra unidade por algum castigo – ao que chamam de “*dar o bonde*”. Embora é evidente o cuidado e a preocupação com elas nas falas de muitas do *staff* prisional, muitas vezes elas também expressam não aguentar mais aquela interna que só causa problema na unidade. Da mesma forma essas internas trazem uma revolta muito grande nas suas falas, seja com a unidade, seja com

¹⁷ Durante essa pesquisa o número médio de internas de 2015 até 2017 foi de 110 internas.

¹⁸ Principalmente destas internas que tem um trânsito grande pela unidade, das internas que acabam ficando no seguro por motivos diversos e das internas que mais participam das atividades educacionais e laborativas da unidade.

¹⁹ Numa cela, isoladas, não podendo participar de nenhuma atividade da unidade.

a polícia, seja com o sistema de justiça, seja com a vida, seja com os companheiros e ex-companheiros, ou com familiares e com as próprias internas.

É, aos seis anos meu pai morreu, a família do meu pai queria ficar comigo por causa de uma pensão, um dinheiro que meu pai deixou pra mim, aí me maltratava, me batia, meu tio me batia, minha tia não fazia comida pra mim eu era.. desde criança que eu não gosto de comida assim, só bem feita, aí ficava com fome, só comia biscoito, nescau, aí com 9 anos meu tio tinha me dado uma surra que eu tinha furado o rosto do menino no colégio que o menino bateu em minha bunda, furei o rosto dele, aí meu tio me deu uma surra de cinto, de fivela de cinto, que isso aqui meu ficou tudo roxo, minha mãe viu aquilo, (...) aí minha mãe disse “ó, a partir desse final de semana você não volta mais”, (...) aí com 15 anos eu fui pro CAM, fiquei cinco meses no CAM, aí chegou no CAM as meninas também eram rebeldes, nós fizemos rebelião, aí eu era pra sair um tempo, não sai naquele tempo, demorei mais dois meses, dois pra três meses, aí sai, aí é isso, aí hoje eu sou revoltada com a família do meu pai, já puxei arma pro meu tio, já dei tiro em tia minha, poquei cabeça, e não gosto de vínculo nenhum com a família do meu pai (Entrevista Eduarda, 23 anos)

(...) que é tanto que quando eu chego aqui se uma das prezadas me fala alguma coisa eu quero bater, se ela me dizer alguma coisa eu falo mais alto e se ela vir eu caminho pra cima, como já teve essas coisas, que é assim que a gente pensa que um faz todos faz, entendeu? Como umas delas, elas vai pra cima da gente mesmo, e aí a gente tá presa, no poder da justiça e ainda apanhar de polícia... porque eu fico no trauma, quando elas me grita eu já quero partir pra cima porque pelo que eu passei eu não quero passar mais, isso me acausou que eu fico muchoo, quando eu fico nervosa.. eu sou muito nervosa nessa parte, até os povo da segurança tem hora que eu trato mal (...) (Entrevista Ivone, 26 anos)

As narrativas de vida das mulheres que entrevistei e que apresento aqui de forma resumida têm em comum terem passado por medidas socioeducativas de internação e terem múltiplas ou longas passagens por medidas e penas de privação de liberdade. No mais, são diversificadas nas suas dinâmicas, nas suas compreensões e sentimentos quanto a sua vida, sendo a *revolta*, talvez o link que perpassa pela maior parte das histórias.

Em suas narrativas de vida é possível perceber três motivações principais - em forma de tipos ideais - de envolvimento no *mundo do crime*, uma que está atrelada à *sobrevivência* seja a manutenção da vida quanto dos vícios em drogas ilícitas, outra à *adrenalina* e outra à *ostentação*. À estas motivações estão atreladas práticas sociais e (auto)percepções que se relacionam com o ser mulher no crime. Seguem um resumo das narrativas de

vida a partir dessas motivações e em seguida chamo atenção para alguns aspectos das ações, reações e autorepresentações a respeito de suas práticas.

Sobrevivência

Ivone, 26 anos, sua mãe a expulsou de casa com 15 anos por ela ter perdido a virgindade. Do interior, saiu de casa sem rumo e pela fragilidade em que se encontrava conta que acabou fazendo transporte de drogas, e até hoje vive do tráfico e do homicídio, tendo matado por dívidas do tráfico e por questões pessoais também.

que como a gente não tem o apoio de ninguém a gente fica com a mente atribulada, a pessoa sem apoio a gente topa fazer tudo no mundo, né, pra conseguir uma renda, pra pagar um aluguel, pra se vestir, porque eu faço assim, nunca roubei na minha vida, agora tirar a vida dos outros, tráfico, essas coisas eu faço, aí é meu meio de sobreviver, entendeu?

Conta que teve um relacionamento bastante abusivo, e que todos relacionamentos foram com pessoas envolvidas no crime (tráfico e homicídio), por isso não deseja mais se relacionar com pessoas assim. Atribui seu envolvimento no crime ao envolvimento com esses companheiros *“todas relação com homem fui parar em cadeia... puxo cadeia por causa de homem”*. Conta que sofreu agressões de internos quando na Comunidade de Atendimento Socioeducativo (CASE), da polícia, e do ex-companheiro, tendo cicatrizes e seqüelas dessas agressões. Diz ter sido usada pelo ex-companheiro porque ela tinha *atitude* e outras mulheres com quem ele se envolveu não tinham: ela matava, fazia saidinha bancária, transportava droga, mas diz que fazia muitas dessas coisas obrigada pelo companheiro, tendo relatado ter sido certa vez acorrentada em casa quando ela quis deixá-lo. Se reconhece muito agressiva, em diversos momentos conta sobre agressões que praticou contra internas, agentes penitenciárias e a própria polícia. Percebe que o seu temperamento já causou muita dor à sua mãe, mas também culpa a mãe por seu envolvimento no crime, visto que esta a expulsou de casa e chegou a até assinar uma autorização para que ela permanecesse presa em delegacia quando ainda adolescente.

Vanessa, 24 anos, não conta tanto os motivos que levaram ela a começar a roubar, começa afirmando que a mãe sempre se esforçou em educá-la, e durante a entrevista conta que ela tem 6 irmãos, um falecido, e que só ela está na *vida do crime*, “só eu dei pra errada, o resto tudo direito”. Suas falas sinalizam o uso do crack, a manutenção do vício, como o motivo para cometimento dos crimes.

Porque eu era, eu sou, eu era, porque eu creio que já me libertei do crack, eu era usuária de crack, quando eu dava um pau, eu não me vendia, não fazia vida pra coisar, eu pegava, via uma vítima, um coroa desse aí [aponta pro agente] coitado [risada] eu dava minha voz mesmo, aí eu pegava me engraçava com ele, metia a mão no bolso, bora “é o que coroa?!”, tem muitos coroas aí que não pode ver uma menina nova que tá panho “bora coroa fazer um bolo...”, quando na hora levar tudo, quando ele procurar (?) já foi. O meu Deus. [até aqui dando risada]

Diz que depois que saiu da CASE ficou um ano e meio sem ser presa – segundo a fala dela “*um bocado de tempo sem vir presa*”, mas, depois que foi presa a primeira vez na unidade prisional para adultos, já voltou quatro vezes, e só em 2015 já foi presa duas vezes. A perspectiva dela é sair e ir para um centro de recuperação, chega a falar que não quer ficar vindo para a prisão, mas que a ajuda, pois presa consegue ficar um tempo sem fazer uso do crack. Ela tem dois filhos, um de três anos e um de oito anos, sendo que o mais velho mora com a avó e o mais novo morava com a mãe e agora a irmã mais velha cuida dele. Ela diz que os filhos nunca foram visitá-la, que a mãe não os levava.

A escolha pelo uso do conceito de sobrevivência parte de suas narrativas e de suas justificações para o envolvimento em práticas delitivas. Não são suas escolhas por gosto, por vontade, mas porque foram a forma que encontraram de cobrir seus gastos com moradia, alimentação, vestimenta e o consumo de drogas.

Adrenalina

Íris, 28 anos, é casada, tem dois filhos, está presa por cometer assaltos. Conta que sua família toda era envolvida com o *mundo do crime*. Perdeu sua mãe e seu pai muito cedo, a perda da mãe marca mais, e ela repete e volta a esse momento algumas vezes durante a entrevista. Embora eles fossem envolvidos em atividade criminosas, pelo que ela conta, a mãe cuidava dela e de suas irmãs, e tentava esconder esse envolvimento. Pagava babá para cuidar delas, deu o seu melhor para elas. Desde muito nova, com cinco anos – conforme ela lembra – ela começou a usar drogas.

(...) eu comecei a usar drogas, maconha com cinco anos, cocaína eu comecei a usar com oito, roupinol eu tinha uns dez, cola eu tinha doze, crack eu tinha doze, e aí quando eu perdi minha mãe eu tinha 12 anos de idade (...)

Assim ela vai lembrando a sua infância, e seu início de uso e abuso de substâncias psicoativas. Fugas de casa e uso de drogas são os eventos que marcam sua infância. As fugas eram punidas pela sua mãe, que batia nela, algo considerado cuidado por Íris, mesmo considerando que teve uma *criação severa*, isso demonstrava que a mãe se preocupava, a mãe não queria isso para ela. A mãe dela faleceu quando ela tinha doze anos e, desde então, mora na rua.

Já nas ruas conta que foi estuprada e contraiu uma doença sexualmente transmissível – DST, cancro mole, ainda virgem. Descobriu sobre o sexo a partir dessa experiência.

(...) aí eu tive meu devedor, meu devedor eu tinha 12 anos quando eu me perdi, e antes de me perder eu era virgem, aí o que aconteceu, peguei uma doença, (e a doença que eu peguei) era chamada mula, cancro mole, eu era virgem, tava dormindo drogada na cidade baixa no comércio, aí um homem foi e fez coisa comigo dormindo, coxinha né, goza na coxinha, ficou um negócio lá nas minhas pernas então (então ficou ()) aí quando eu procurei o DST COS, que é no Garcia ali, tava me incomodando, me dando febre aquilo outro, tava com pneumonia, escarrava tudo verde, acordava toda melada de catarro, as vezes mijava na cama que ainda era muito nova, aí acordei uma vez com muita febre aí eu fui parar nesse hospital, aí nesse hospital eu descobri que estava com DST (.), DST né, DST aí eu falei “tia, o que é isso?”, e aí ela “é doença contagiosa e é transmitida por relação sexual”, “tia, o que é relação sexual?”, “é quando você se relaciona com homem, tem relação com homem.. que homem que tem caso, se relaciona com você”, eu não sabia, como eu também não sei ler né, mas hoje em dia eu estou entendendo muito mais das coisas, aí a tia me explicou direito, aí eu “tia, nunca tive isso não, nunca fiz isso não”, “você nunca teve relação?”, foi aí que ela fez o preventivo e descobriu que eu era virgem realmente, ela “então você

(.) você mora onde?” “moro na rua e uso drogas” “você usa drogas?” “uso” “então provavelmente alguém te usou, você dormindo, ou fez alguma coisa com você e você não lembra, drogada”, “então foi isso tá, eu tava dormindo né (.), alguém fez isso ni mim” (...)

As drogas são parte constante de sua história. Conta que logo depois conheceu seu *devedor*²⁰, um homem, ao que soa muito mais velho que ela, casado, que trabalhava em uma casa de jogos de azar, com quem viveu uma história de oito anos. Foi com ele que ela perdeu a virgindade. Segundo ela, ele fazia planos com ela, mas ela *“não tinha nada na mente, era drogada, era doída”*. No sentido de que isso a mantinha na rua.

Conta que passou por diversas instituições para acolhimento ao adolescente em situação de risco social ou ao adolescente em conflito com a lei. Além disso, afirma que era garota de programa desde a adolescência.

Ao falar de seu marido, muda a voz, demonstra um afeto grande por ele. Casaram na prisão. Em meio aos diversos acontecimentos na sua adolescência conhece seu atual marido com 14 anos, ele um jovem da mesma idade. Com ele tem dois filhos, um filho e uma filha, os dois estão com a sogra e a cunhada. Ele e sua sogra que a ajudaram, e ele continuou ao lado dela mesmo quando ela passava dias fora de casa se drogando e se prostituindo. Além disso, ele também era parceiro dela no crime.

[E ele cometia crime com você?] É, nós era parceiro, parceiro de tudo, parceiro de processo, parceiro de (cumprimento), parceiro de crime, hoje em dia eu não quero mais, pra mim não, e ele disse que nem ele vai continuar, ele ainda continua fazendo as coisas dele errada, que as necessidades dele lá fora né, não tá achando uma pessoa pra...

Perguntada sobre os crimes que cometeu, ela respondeu que no começo eram furtos (155) e que depois passaram a cometer assaltos (157).

(...) depois foi 157, 157 é um pouquinho mais avançado, assalto [com ameaça a alguém] É, mas também não agredia ninguém, essa coragem também nunca tive, só uma vez que eu fiz... umas duas vezes, porque a vítima se renegou a dar né, lutou né, aí ele que lutou, mas graças a Deus não teve nada com ele nem com nós..

Quando perguntei o que ela fazia para se divertir, ela comentou que a única coisa que fazia era se drogar. Que até mesmo na relação com o marido

²⁰ Íris me explica que *devedor* é quem tira a virgindade de uma pessoa, “Devedor porque ele era meu devedor, porque ele tirou minha virgindade.”

dela ela ficava “*curtindo assim, roubando e se drogando, curtidão é drogar, não! (...) era bom (...) Adrenalina, sempre gostei da adrenalina (...)*”.

O filho mais velho dela tem dez anos e uma filha de quatro anos. Sobre a paternidade e a maternidade ela comenta que o pai não tem aquele amor de amor, “*amor que exempla*”, ou seja, ama, mas não é do tipo que educa, não cuida, é “*minino*” ainda. Quando perguntei como era a relação dela com os filhos quando ela estava na rua ela respondeu:

Bacana né, mesmo eu usando minhas drogas, mesmo eu dormindo fora, mesmo eu passando dias fora de casa, mas na hora das festas, na hora dos presentes, alguma coisa assim né eu tava lá junto, mesmo não sendo honesto, sendo sujado, sujo, mas eu dava a meus filhos, nunca deixei passar dificuldade, mesmo pedindo, roubando, fazendo o que for, me prostituindo, mas nunca deixei meu filho passar dificuldade, e precis..., nem nunca vou deixar, entendeu?

Mostrando uma relação ambivalente, por um lado apontando sua ausência, devido a seu vício no uso de substâncias, e, por outro mostrando que não deixaria os filhos passar dificuldade, e demonstrando a presença nos presentes.

Em vários momentos da conversa disse que agora era evangélica e isso implicava em uma série de mudanças, que agora seria uma nova Íris, não cometeria mais crimes, não usaria mais drogas, não se relacionaria com mulheres, são algumas das resoluções mais óbvias dessa nova vida. Mas, além disso, para ela, isso significava ter mais paciência com os filhos e em geral se meter em menos confusões, mudar seu comportamento *atribulado*.

Poliana, 28 anos, relata que começou cedo tanto com o uso de drogas quanto com pequenos furtos. Os pais à repreendiam, mas ela era *muleque macho*, relatando tudo que faz parte desse universo de *muleque macho*: uso de drogas, *surf* nos ônibus, empinar arraia, pular janela, jogar bola, gude... Com doze anos foi para a CASE pela primeira vez.

(...) não tive aquela infância brincando de boneca, eu brincava de polícia e ladrão, eu era sempre a ladrona, entendeu? Aí com nove anos eu já cresci nesse ritmo, eu tenho 19 anos nessa vida, já tomei tiro, já fui presa, já fiz de tudo, fiz de tudo, só não fiz me prostituir. (...) Eu, com nove anos, fumando a massa, o, a maconha, fui sozinha coisinha, ninguém me coisa não, minha mãe me mandou comprar um pão na padaria eu fui comprar pão e aí no papel de pão, antigamente era papel de pão, aí a gente pegava a maconha, botava no papel de

pão, como eu era nova, não sabia enrolar, quando eu acendia abria tudo, e aí eu fui pra praia, cheguei na praia, aí foi eu e um bocado, aí eu surfava no buzu, entendeu, surfar no buzu é subir no teto do buzu e dizer que está surfando, pulava muita janela, tempo de piveta, jogava bola, gude, empinava arraia era muleque macho entendeu, e aí quando chegava na praia sempre vinha um gringo e eu torava cordão de ouro, máquina digital, celular, essas coisas, e aí chegava na boca e vendia, trocava por maconha, aí quando chegava em casa tomava pau de mamãe e papai, e aí eu fugia de casa, no outro dia eu voltava, minha vida foi essa aí, fui crescendo nesse rumo, fui pra 157. Com 12 anos eu caí no CAM, depois vim com 6 meses, com 14 caí no CAM, saí com 16, aí com 18 eu vim pro presídio.

Sobre o período na CASE conta que com 15 anos foi *linha de frente*²¹. E sobre a diferença entre a CASE e a prisão, ela conta que na CASE são as internas que dão as regras, e na prisão é a “polícia” [agentes penitenciários] que fazem isso.

Se envolveu com crimes de furto, assalto e sequestro. Disse que havia sido presa quatorze vezes e sentenciada sete vezes. Menciona que antes, os crimes de assalto eram muito rentáveis, mas, deixa a entender que, agora com o fortalecimento das “gangues prisionais”, estes já não são mais.

(...) aí fiz um sequestro, 50 mil, me dei bem, aí com um ano fui presa, mas não tinha flagrante, aí fui embora, eu tinha dinheiro, antigamente não tinha esse negócio de facção aquelas coisas, 157 antigamente dava dinheiro, minha advogada, (...), dava 5 mil, 15 mil, tava na rua (...)

Ela menciona que aos poucos foi se envolvendo com uma facção criminosa, e hoje faz parte dela. Mas, quando perguntei sobre sua perspectiva, diz não querer mais praticar crimes, que não compensa, que antes a “piriquita” [mulher] era respeitada pelo “ladrão”, mas que agora está levando tiro do “ladrão”, deixando a entender que o *mundo do crime* tem sofrido mudanças na última década e meia.

Parei, me aposentei, assinei minha carteira, ainda vou assinar, quando eu sair eu vou dar baixa na minha carteira, crime não compensa não, que antigamente a piriquita segurava o ladrão, ultimamente nem a piriquita tá segurando o ladrão, o ladrão tá metendo bala até na piriquita, antigamente piriquita é ouro, assassino de piriquita humm era sem ideia, hoje o sistema mudou (...)

²¹ Liderança.

Poliana categoricamente não quis falar sobre sua família. “Ótima, não tenho nada pra falar sobre minha família não, porque eu não gosto.”. A única vez que Poliana mencionou seus pais durante a parte da entrevista que foi gravada, demonstra que eles tentaram reprimir suas primeiras participações delitivas, o que, de certa forma, demonstra que eles tinham um cuidado com a filha. A diretora disse que Poliana tem uma filha, mas que os familiares dela nunca trouxeram essa filha para visitá-la e que só o irmão continua visitando-a.

Abrangi essas duas narrativas como representantes da *adrenalina* como motivação do envolvimento no crime visto que elas assumem que se divertem ou se divertiam com essas práticas, se identificam ou identificavam com elas pela sensação que causavam.

Ostentação

Eduarda, 23 anos, relata um histórico de abusos e maus-tratos na infância, a narrativa dela deixa transparecer que a revolta repercutiu em vários episódios violentos, desde a infância – briga na escola, ataques violentos aos familiares dela que a maltrataram, até, possivelmente à “atitude” de matar alguém (embora não revele que cometeu homicídio), mas comenta durante a entrevista que “(...) *eu tenho atitude de matar e ele [ex-marido] não tem (...)*”, o que a levou a cometer os crimes pelos quais foi processada.

aí aos 14 anos conheci esse homem que é meu ex-esposo que eu tenho filho com ele, aí meu primeiro presente que ele me deu no dia dos namorados que foi uma 380, aí eu vi aquelas drogas ele me ensinou a cortar, a vender, aí eu vendia, trabalhava com ele, aí comprava roupa, tudo muito bom, (?) que no mundo do crime nós gosta, aí com 15 anos eu fui pro CAM...

A entrada na vida do crime está atrelada ao seu relacionamento amoroso. Seu namorado, aos 14 anos, havia lhe dado uma arma e com ele aprendeu a preparar e vender drogas. Os crimes narrados por ela são violentos, revelando essa “atitude”, que pode significar uma frieza e até uma coragem que nem todo mundo tem, nem o ex-marido que é um “traficante perigoso”, segundo ela.

(...) ele é traficante perigoso, ele manda, mas ele não tem atitude e os meninos que ele mandava matar tava viajando tava em Recife, aí ele pegou botou as balas na minha arma mesmo e me deu outro cartucho, me deu dois cartucho de bala e me pediu pra mim atirar num cara, mas não atirar pra matar não, aí eu atirei no cara, mas eu não atirei pra matar não, porque se eu quisesse matar... o cara caiu nos meus pés, não atirei pra matar não, só pra dar um susto, mas esse susto foi a maior onda, eu vim presa, ele ficou mal, com sonda, ficou sem andar, maior onda...

Ela atribui sua revolta à sua infância difícil, mas não à sua entrada na *vida do crime*. Reconhece que não foi o ex-marido que a influenciou, mas sim que foi *seduzida* por essa vida.

(...) eu sei... eu acho que eu entrei na vida do crime não foi não tanto por influência, porque ninguém influencia ninguém, mas por ver aquela arma, aquela droga, achar que tudo aquilo é lindo é bonito, mas não é, e hoje eu to aqui, de lá até aqui tomando cadeia. (...)

Na CASE diz ter participado de uma rebelião, fato que estendeu sua medida. Contou que foi duas vezes para a CASE, que foi para a delegacia outras vezes, e já passou tempo na prisão antes da atual entrada, por porte de arma. Sobre a diferença entre a CASE e a prisão ela respondeu que a CASE era muito melhor, “*acho que as meninas de menor é porque brinca, tem muito mais atividades do que aqui dentro do presídio*”, e a comida era melhor. Quando questionada quanto à perspectiva quando saísse da prisão, ela disse estar em dúvida se voltava a se *envolver* [no crime] ou não, afirmou não gostar de trabalhar, e que se fosse para não se *envolver* precisaria que alguém a sustentasse. Perguntei, então, o que a seduzia na *vida do crime* e ela respondeu.

Sentar e despachar ou então ir ali pegar um malote, é tão fácil, mas o fácil tá aí né, e quando vem a cadeia, é a parte difícil, por isso as vezes eu penso em me envolver, penso também em não me envolver, com fé em Deus não quero me envolver mais não, eu não to aguentando essa cadeia não, nunca tomei cadeia de um ano não, só de 5 meses, 3 meses, 1 mês, a maior foi de 5 meses, um ano não, um ano é muito, e aqui parece que o tempo não passa (...)

A mãe, relata Eduarda, é a única que a visita, e não com muita frequência por não ter condições financeiras para isso. Eduarda conta que tem dois filhos, um de dois anos e um de seis anos. Passou uma parte da gravidez

do segundo filho presa, duas semanas depois de liberada ele nasceu. Sobre a relação com eles conta:

Tenho [uma boa relação], com meus filhos tenho, quando eu to lá fora, quando ganho dinheiro compro as coisas pro meu filho, eu não sou mãe de deixar meu filho em falta, meu filho no dia das crianças agora veio com umas roupas feia, eu fiquei doente, porque as roupas que eu tinha dado a ele já tava tudo apertada nele, eu fiquei lá fora porque se eu tivesse lá fora meu filho não tava andando assim, meus filhos só andam arrumados, eu compro bermuda de 170 reais pros meus filhos assim da (?) e ele veio todo feio, chegou eu fiquei com vergonha, fiquei cheia de ódio no dia, fiquei com uma raiva da porra, briguei com minha mãe.

O que se percebe é que os bens materiais para ela têm uma importância muito grande – por isso chamei essa motivação de ostentação, ou seja, por gostar do luxo que o tráfico de drogas pode proporcionar. Para ela não “deixar os filhos em falta” é comprar coisas para eles. Da mesma forma ela considera que a mãe não “deixou ela em falta”. “*É que minha mãe também supriu tudo aquilo, minha mãe me dava roupa, minha mãe não me deixava nada...*”. E é dessa maneira que ela avalia a relação conjugal dela também.

Mas esse homem também, quando eu me envolvi, eu me envolvi quando eu quis, mas ele depois, depois que eu tomei a cadeia do CAM ele não queria que eu me envolvesse com nada, ele me dava 5, 7 até 10 mil reais ele me dava pra eu gastar, usar droga, mas pra eu pegar nada pra eu me envolver não, até a droga quando ele pegava um quilo de cocaína, ele pegava 5 quilos, ele deixava 1 quilo de cocaína só pra mim usar, ele pegava de 50 gramas mas ele não queria que eu usasse aquela quantidade, porque ele dizia que se a polícia me pegasse ele não ia dizer que aquela quantidade era pra usar, e sim pra eu vender, ficava com medo, mas independente de qualquer coisa ele ficou bom bom por um tempo e nesse tempo agora, que eu cai presa, foi assim um cara devia uma droga a ele, e eu tenho atitude de matar e ele não tem, (...)

Não quero mais ele, nem ver ele, não quero não, ele que fez eu dar esses tiros no cara, e aí até hoje ele não manda nada pra mim, tenho um advogado que não faz nada e eu me revoltei com ele, eu não quero ele.

As vantagens financeiras são sempre apresentadas como parte do que explica porque ele era *bom bom* por um tempo, e do porquê de ela estar revoltada com ele agora. Ela conta que no período que ela saiu da CASE, ele estava preso também e ela ia visitá-lo. Ele, no momento, se encontra preso também.

É, mas a vida é essa, tem aquele dizer que a mãe diz a gente, que diz assim “quem procura acha” né? E to aqui. (Entrevista Ivone, 26 anos)

Apesar de em alguns momentos e em algumas entrevistas as mulheres aqui entrevistadas relatarem a influência de alguém pelo envolvimento no *mundo do crime*, e/ou ausência de apoio familiar, elas assumem a autoria e a sua responsabilidade na suas práticas e na sua escolha de envolvimento no *mundo do crime*. E se percebem enquanto protagonistas de suas ações.

Ter atitude, adrenalina, moleque-macho, artifícios usados por ser mulher para distração, agressividade, submissão são práticas que saltaram aos olhos ao analisar as entrevistas.

As duas internas entrevistadas que disseram ter envolvimento com o tráfico de drogas são as duas que disseram *ter atitude*, e por sua *atitude* assumiam a responsabilidade de matar, se assim fosse necessário. Embora as duas afirmem ter essa *atitude*, as duas alegaram em suas narrativas que faziam isso, principalmente, a mando de seus companheiros. Eduarda, apesar de fazer a mando do companheiro, se diz fascinada por aquele mundo, só arrependida porque o companheiro não está lhe ajudando na prisão. Já Ivone se sentia submissa e usada no seu relacionamento, deixou o companheiro quando este começou a receber visita de outra mulher na cadeia, mas quando este saiu da prisão foi atrás dela esfaqueando-a e a seu atual companheiro. Suas personalidades agressivas fazem com que se envolvam em uma série de conflitos dentro da unidade prisional com as outras internas e com o *staff* prisional.

Fato é que todas as internas entrevistadas mencionaram ser difícil o relacionamento com as outras internas: “muita atribulação”, “muita fofoca”, “muita provação”, “muita vacilona”. Confiança e amizade todas afirmaram ter com poucas, o que é diferente de quando cumpriram medidas socioeducativas de internação.

As mulheres que disseram se envolver no *mundo do crime* por adrenalina em nenhum momento se declaram submissas nas relações, e sim que fizeram as próprias escolhas da prática dos crimes muito por essa vontade

de sentir adrenalina. Poliana refere-se a si mesma como *muleque macho*, por se identificar, desde criança, com brincadeiras e atitudes que ela identifica como sendo do universo masculino. Íris já aponta que sua diversão, antes de virar evangélica, era se drogar e cometer furtos e roubos.

Já Vanessa declara se aproveitar dos impulsos de homens mais velhos quererem se aproveitar de mulheres mais novas para ludibriá-los e depois assaltá-los. Assim se utilizando do fato de ser mulher e transparecer ser acessível para conseguir o dinheiro para comprar sua droga sem ter que se prostituir.

Considerações finais

Sempre que há uma tentativa de se explicar algo – e o discurso, a teoria, a narrativa e a história são explicações seletivas e interpretativas do mundo –, há a emergência do fenômeno representacional, pois nunca lidamos com a realidade em si mesma, mas com representações que fazemos dela. (GUARESCHI; PEDROSO, 2010, p.95)

Quando se fala de representações sobre o ser mulher no crime, reflete-se sobre como essas mulheres que possuem diversas experiências de encarceramento e em práticas delitivas constroem suas narrativas - suas compreensões sobre suas vidas. Nas suas narrativas algumas deram mais enfoque as práticas delitivas, outras às suas relações afetivas, outras ao envolvimento com drogas. Umas falaram pouco sobre a infância ou disseram nem se lembrar dela, ou não terem a vivido. Aos seus discursos mesclam-se recordações marcantes, expectativas do que a entrevistadora gostaria de escutar e do que achavam que seria interessante contar, como interpretaram a minha postura, se deveriam ser mais ou menos honestas, se deveriam contar para sensibilizar ou para assustar, foram escolhas e, a partir delas procurei apresentar e traduzir suas narrativas aqui.

No caso, nas entrevistas, buscava apreender tanto dinâmicas sociais no crime quando suas vidas a parte destas práticas, suas relações sociais afetivas com familiares, companheiros, filhos, amigos. Essas experiências se entrelaçam e se influenciam mutuamente.

Conforme suas narrativas, suas relações familiares na infância em maior ou menor grau influenciaram suas escolhas e possibilidades a partir dali, suas experiências com a rua, com as drogas, com o abandono familiar fizeram com que elas moldassem uma forma de reagir a estas e com estas.

Suas experiências amorosas também são vividas e compreendidas por elas de diversas formas, uma na situação de submissão, de ter sofrido violência, outras encontraram na sua relação apoio e companheirismo. Suas experiências de maternidade são sentidas e refletidas de forma diversificada. Embora quatro delas sejam mães, elas demonstram ter pouca vivência com os mesmos, em alguns casos a presença é apresentada na forma de presentes e agrados materiais, em outros casos a quase ausência de uma experiência de maternidade para além da gravidez, sendo estes, na sua maioria, cuidados por membros do sexo feminino de suas famílias ou da família de seus companheiros.

Assim, há uma diversidade de compreensões do que é ser mulher no crime e/ou do que se quer do crime e suas implicações e consequências. Apesar da relativa “normalidade” do estar em situação de privação de liberdade todas falam de um *cansaço* com a vida que estavam levando e/ou dos períodos de encarceramento. Talvez as muitas explosões agressivas e conflitos com outras internas e *staff* prisional expressam esse *cansaço*, além das tentativas de mudança através da religião – que talvez estas - rebeliões/rebeldias/brigas e tentativas de se tornar crentes representam fases dos períodos encarceramento.

Muito ainda poderia ser explorado a partir dessas entrevistas com mulheres que passam pelo processo de *sujeição criminal*, como sobre os contextos (rua, bairro), as inúmeras vulnerabilidades às quais estão sujeitas e que enfrentaram nas suas ainda curtas trajetórias de vida, as intersecções de gênero com outras categorias teóricas como raça e classe social, os limites morais que apareceram em suas narrativas, mas deixo este como esboço inicial de uma apreensão de representações sobre ser mulher no crime por mulheres que tem uma trajetória entrelaçada à práticas delitivas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Jalusa Silva de. “**Pra ver as meninas**”: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na CASE/Salvador. 243f. Dissertação (mestrado) – UFBA, Salvador, 2011.
- CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada. Guia prático para a análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CUNHA, Manuela . I. P. O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira. In: BRANCO, J.F., AFONSO, A.I. (Orgs.) **Retóricas sem fronteiras**, Lisboa: Celta, v. 1., 2013.
- CUNHA, M. I. P.; DUARTE, V. Violências e delinquências juvenis femininas: aproximações à questão. In: _____ (Orgs). **Violências e delinquências juvenis femininas: gênero e (in)visibilidades sociais**. Famalicão: Editora Húmus, 2014.
- DUARTE, Vera. M. Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: discursos e percursos na delinquência juvenil feminina, **Perspectiva Online: hum.&sociais aplicadas**, Campos dos Goytacazes, 5(2), 18-22, 2012.
- FELTRAN, Gabriel. de S. **Fronteiras de tensão**. Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 347f. Tese (doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977 – 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GARLAND, David. As considerações da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, nº13: 59 – 80, Nov. 1999.
- GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo, Vivência, **Revista de Antropologia**, 46, pp.131-142, 2015.
- _____. Uma fila de centenas de quilômetros: o processo de visitação em penitenciárias do oeste paulista. In: **Encontro Anual da Anpocs**, 38, 2014, Caxambu. Papers – GT02 – Aspectos do encarceramento na sociedade contemporânea. Caxambu, 2014.
- GOFFMAN, Erving, **Manicômios, prisões e conventos**. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva S.A, 1974.
- _____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GUARESCHI, Pedrinho; PEDROSO, Márcia. As representações do preso em “Estação Carandiru”. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.94-111, janeiro/abril 2010.
- KRAHN, Natasha M. W. **Ressocializando?**: as percepções sobre a implementação de políticas laborativas e educacionais em uma unidade prisional. Dissertação (mestrado) – UFBA, Salvador, 2014.
- KRAHN, N. M. W.; LOURENÇO, L. C. Entre a lei e o pátio: os descaminhos e descompassos da formulação à implementação de práticas de “ressocialização” dentro de uma unidade prisional. In: **Encontro Nacional**

- de Antropologia do Direito**, IV, 2015, GT.10 – Antropologia do Direito e do Crime: Justiça e Criminalidade em Perspectiva. São Paulo, 2015.
- KRUTTSCHNITT, Candace. Gender and Crime. **Annual Review of Sociology**, 39:291-308, 2013.
- MILLER, Jody. Doing crime as doing gender? Masculinities, femininities, and crime. In: GARTNER, R; McCARTHY, B. **The Oxford handbook of gender, sex, and crime**. New York: Oxford University Press, 2014.
- MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (doutorado), Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- _____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”, **Lua Nova**, São Paulo, 79:15-38, 2010.
- RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**. A ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Ciências, 2008.
- SILVA, Amanda Santos. **De menor infrator ao adolescente em conflito com a lei**: um estudo sobre o sistema socioeducativo. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2014
- SILVA, Luiz A. M. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano, **Sociedade e Estado**, Brasília, v.19, n.1, p.53-84, jan/jul. 2004.
- TAROZZI, Massimiliano. O que é granded theory? Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.